



PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA PALHA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria Municipal de Administração

São Gabriel da Palha, 28 de abril de 2023.

MENSAGEM N.º 57/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores e Excelentíssima Senhora Vereadora,

Encaminhamos a Vossas Excelências, em anexo a esta Mensagem, o Projeto de Lei que “Dispõe Sobre as Diretrizes Para Elaboração da Lei Orçamentária de 2024”, conforme o estabelecimento na Constituição Federal de 1988, na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) e da Lei Orgânica do Município e demais normas e legislações que tratam do planejamento orçamentário e financeiro da Administração Pública.

A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária, objetiva fundamentalmente estabelecer as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício anual, a serem realizadas partindo-se de uma metodologia estruturada em princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, na Lei Orgânica do Município e no Plano Plurianual.

Portanto a LDO é uma conexão entre o Plano Plurianual PPA e a Lei Orçamentária Anual LOA, sendo estes, importantes instrumentos de gestão, visando promover Políticas Públicas nas mais diversas áreas de atuação da Administração Municipal através de projetos e atividades extraídas do Plano Plurianual 2022-2025, gerando continuidade do planejamento estratégico das ações do governo municipal. A LDO traça os parâmetros a serem seguidos para a elaboração da Lei Orçamentária 2024.

Em face dos escassos recursos próprios e visando uma relação harmoniosa entre os investimentos na cidade e os gastos dedicados aos compromissos firmados com nossos servidores, ativos, inativos, terceirizados e outras despesas essenciais continuadas, e no intuito de definir um planejamento o mais realista possível, é que esta Administração se vê na obrigação de priorizar seus projetos e suas atividades, com o objetivo de promover à população gabrielense um serviço de qualidade, cumprindo com efetividade, eficiência e eficácia a receita e despesa pública.

Imbuído desse espírito de Administração com responsabilidade, espero contar com o apoio de Vossas Excelências, na indispensável aprovação do presente Projeto de Lei dentro do prazo REGIMENTAL, para que tenhamos oficializadas as regras de elaboração do Projeto de Lei do Orçamento para exercício de 2024.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de respeito e consideração a Vossas Excelências.

TIAGO ROCHA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

PROCESSO N° 000426/2023

28/04/2023 13:04:21

PROJETO DE LEI





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

Projeto de Lei, 73, de 28 de abril de 2023.

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

**TIAGO ROCHA**, PREFEITO DE SÃO GABRIEL DA PALHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Orçamento do Município de São Gabriel da Palha, do Estado do Espírito Santo para o Exercício de 2024, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades da administração municipal;
- III - as estruturas dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração do orçamento do Município;
- V - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

## CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS

**Art. 2º** Em cumprimento ao estabelecido no Art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o Exercício de 2024, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei.

**Art. 3º** A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta, constituídas pelas Autarquias, e Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 4º** O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF, obedece às determinações na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, que aprovou a 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP, válido a partir do Exercício Financeiro de 2022.

**Art. 5º** Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei constituem-se dos seguintes:



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000. Documento assinado digitalmente conforme art.  
Praça Vicente Glazar, 159 | São Gabriel da Palha - ES | CEP 29780-000  
Planejamento@saogabriel.es.gov.br Fone/Fax (027) 3727-1366





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

## I - PARTE I - ANEXO DE METAS FISCAIS.

- a) Demonstrativo I - Metas Anuais
- b) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais Exercício Anterior
- c) Demonstrativo III - Metas Fiscais atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
- d) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
- e) Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos
- f) Demonstrativo VI - Receita e Despesa Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
- g) Demonstrativo VI/A - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
- h) Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
- i) Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

## SEÇÃO I DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

**Art. 6º** Em cumprimento ao § 3º, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2024, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

## SEÇÃO II DAS METAS ANUAIS

**Art. 7º** Em cumprimento ao § 1º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - As Metas Anuais serão elaboradas em valores correntes e constantes relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e montante da Dívida Pública, para o exercício de referência 2024, e para os dois seguintes.

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2024, 2025, e 2026, deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, aprova 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

§ 2º Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

## SEÇÃO III DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

**Art. 8º** Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

## SEÇÃO IV DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

**Art. 9º** De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF, o Demonstrativo III - As Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculos que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

## SEÇÃO V DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Art. 10.** Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I V - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresentará em separado do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

## SEÇÃO VI DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

**Art. 11.** O § 2º, inciso III, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinados por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000. Documento assinado digitalmente conforme art.  
4º, II da Lei 14.063/2020.

Planejamento@saogabriel.es.gov.br Fone/Fax (027) 3727-1366





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

## SEÇÃO VII

### DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

**Art. 12.** Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que trata da receita e despesas previdenciárias do regime Previdência dos Servidores, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, aprova 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

## SEÇÃO VIII

### DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**Art. 13.** Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

## SEÇÃO IX

### MARGEM: DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

**Art. 14.** O Art. 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único. O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

## SEÇÃO X DA MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

### SUBSEÇÃO I METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

**Art. 15.** O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. De conformidade com a Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, aprova 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2024, 2025, e 2026.

### SUBSEÇÃO II DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

**Art. 16.** A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e às normas da contabilidade pública.

### SUBSEÇÃO III DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

**Art. 17.** O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Parágrafo único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

### SUBSEÇÃO IV DA METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

**Art. 18.** Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024, 2025 e 2026.

## CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Art. 19.** As prioridades e metas da Administração Municipal para o Exercício Financeiro de 2024 estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2024, serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 20.** O orçamento para o Exercício Financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos e Autarquias, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

**Art. 21.** A Lei Orçamentária para 2024, evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Instrução Normativa TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020 e alterações, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Parágrafo único. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles que constam do Plano Plurianual 2022-2025 e suas modificações.

**Art. 22.** Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

**Art. 23.** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores em metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**Art. 24.** Cada atividade, projeto e operação especial, identificará a função, subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, às quais se vinculam.

Parágrafo único. Na indicação da Categoria Econômica da Despesa a que se refere o caput deste artigo será obedecida a seguinte classificação estabelecida em norma federal:

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- 2 - Juros e Encargos da Dívida
- 3 - Outras Despesas Correntes
- 4 - Investimento
- 5 - Inversões Financeiras
- 6 - Amortização de Dívida
- 9 - Reserva de Contingência

**Art. 25.** A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo único, inciso I, da Lei nº 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

## CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

**Art. 26.** O Orçamento para o Exercício de 2024 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos e Autarquias (Arts. 1º, § 1º, 4º, I, "a" e 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF).

**Art. 27.** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (Art. 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

Parágrafo único. No mínimo até 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (Art. 12, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

**Art. 28.** O Poder Legislativo, a Caixa de Assistência ao Servidor Público - CASP e o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São Gabriel da Palha - SGP/PREV encaminharão ao Poder Executivo até 31 de agosto de 2023, a descrição e valores das suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei da Proposta Orçamentária Anual.

**Art. 29.** Na programação da despesa será observado:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas vinculações dos recursos.

**Art. 30.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, e observadas às fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF):

- I - Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I - as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - as despesas com benefícios previdenciários;
- III - as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV - as despesas com PASEP;
- V - as despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais; e
- VI - as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º O Poder Executivo e o Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

**Art. 31.** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações de governo.

**Art. 32.** A concessão de qualquer vantagem, ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título e a reestruturação organizacional pelo Poder Executivo e o Poder Legislativo, somente serão admitidos:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se observado o limite estabelecido no inciso III do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; e

III - através de lei específica.

**Art. 33.** As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2024, poderão ser expandidas em até 8%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2023 (Art. 4º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Parágrafo único. Excetuam-se do limite de 8% (oito por cento) citado no caput do art. 33, a Revisão Geral Anual dos Servidores Públicos do Município de São Gabriel da Palha.

**Art. 34.** Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (Art. 4º, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Art. 35.** O Orçamento para o Exercício de 2024, destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a riscos fiscais ou para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (Art. 5º, III da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Parágrafo único. A dotação global denominada “Reserva de Contingência”, permitida para o município no art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 9ª edição), será utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 36.** Na programação de investimentos serão observadas as seguintes diretrizes:

I - novos projetos somente serão incluídos na lei orçamentária depois de atendidos os projetos em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida, exceto projetos financiados com recursos vinculados; e

II - as ações delineadas nesta Lei terão prioridade sobre as demais.

**Art. 37.** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

**Art. 38.** O Chefe do Poder Executivo Municipal e demais ordenadores de despesas estabelecerão, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (Art. 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

**Art. 39.** Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024, com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, caso, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido, (Art. 8º, Parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), caso contrário, poderão ter seus saldos de dotações bloqueados ou anulados para reforço de dotações orçamentárias que tenham recursos financeiros disponíveis em seu fluxo de caixa.

**Art. 40.** A renúncia de receita estimada para o Exercício de 2024, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º, § 2º, V, e Art. 14, 1, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

**Art. 41.** A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo agrícolas e outros afins e dependerá de autorização em lei específica (Art. 4º, I, “f”, e 26, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

§ 1º Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo fixado pelo Poder Executivo, na forma estabelecida no termo, acordo ou convênio firmados.

**Art. 42.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o Art. 16, itens I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para os efeitos do art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites previstos no art. 24, I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no art. 75, I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando de sua aplicação.

**Art. 43.** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (Art. 45, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

**Art. 44.** Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

**Art. 45.** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024, a preços correntes.

**Art. 46.** A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, podendo, através de Decreto do Poder Executivo, proceder com apropriação dos gastos nos respectivos elementos.

§ 1º Fica autorizada a movimentar recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação e Elemento de despesa para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, que será feita por movimentações de dotações orçamentárias diretamente no sistema independente de atos legais no âmbito do Poder Executivo e por Ato da Mesa da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo.

§ 2º Observado o disposto no inciso V, art. 167, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total das dotações vinculadas ao orçamento do Poder Executivo, de acordo com a fonte de recurso, para atender a reforço de dotações que se verifiquem insuficientes no decorrer do exercício financeiro de 2024, conforme art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320/1964.

I - A abertura de Créditos Adicionais Suplementares das Autarquias serão realizadas mediante Decreto do Poder Executivo, dentro do limite de 30% (trinta por cento) estabelecido ao Poder Executivo, observado o valor das Dotações a elas vinculadas, fixadas na presente Lei, para atender a reforço de dotações que se verifiquem insuficientes no decorrer do exercício financeiro de 2024, conforme art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 3º Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares, no decorrer do exercício de 2024, até o limite de 30% (dois por cento) do valor total das dotações vinculadas ao orçamento do Poder Legislativo, para atender a reforço de dotações que se verifiquem insuficientes no decorrer do exercício financeiro de 2024, conforme art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320/1964.

§ 4º O Ato da Mesa da Câmara Municipal que decidir pela abertura do Crédito Adicional Suplementar será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal visando a publicação do competente Decreto, de conformidade com o disposto no Art. 42 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

I - Para o cumprimento do princípio fundamental da independência e harmonia entre os Poderes, respaldado por meio do art. 2º da Lei Federal 4.320/1964 e pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, o competente Decreto será publicado em até 15 dias da data do protocolo do Ato da Mesa, junto ao Poder Executivo.

**Art. 47.** Durante a execução orçamentária de 2024, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial. (Art. 167, I, da Constituição Federal).

**Art. 48.** Projeto de Lei Orçamentária e de créditos adicionais, bem como suas propostas de modificações, serão detalhados e apresentados na forma desta lei e em consonância com as disposições sobre a matéria, contidas na Constituição Federal e no Plano Plurianual 2022/2025, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 1964, Lei Complementar Federal nº 101, de 2.000, além das emanadas pelo Poder Executivo de forma complementar.

§ 1º A criação de novas ações por meio de projetos de lei de crédito especial deverá conter anexo com o detalhamento dos atributos especificados no Plano Plurianual 2022/2025.

**Art. 49.** As alterações da programação de que trata o art. 46, nos limites fixados na Lei Orçamentária Anual, serão operacionalizadas por movimentações orçamentárias não modifiquem o valor total de cada ação, em uma mesma unidade orçamentária, ou crédito suplementar autorizado e aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As alterações decorrentes de abertura e reabertura dos créditos adicionais, nos limites fixados na Lei Orçamentária Anual, integrarão e modificaram os quadros de detalhamento de despesas.

§ 2º As alterações de que trata o caput poderão ser realizadas, justificadamente, se autorizadas por meio de Portaria do chefe do poder executivo para:

I - inclusão ou alteração das fontes de recursos ou financiamento, observadas as vinculações previstas na legislação;

II - inclusão de regiões de planejamento, grupos de despesas e modalidade de aplicação em ações consignadas na Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, conforme art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - alteração de valores nos grupos de natureza da despesa, entre os grupos “3 - Outras. Despesas Correntes”, “4 - investimentos” e “5 - Inversões Financeiras” ou entre os grupos “2 - Juros e Encargos da Dívida” e “6 - Amortização da Dívida”, desde que mantido o valor total da ação orçamentária objeto da alteração;

IV - correção das denominações e/ou das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; ou

V - ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem mudança de valores e de finalidade da programação.

**Art. 50.** Mediante projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, o Município poderá realizar operações de crédito por antecipação de receita, projetos e operações especiais consignados na Lei Orçamentária de 2024, conforme artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Art. 51.** Na programação da despesa serão observadas restrições no sentido de:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas e legalmente instituídas as unidades executoras; e

II - não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, exceto os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

Parágrafo único. As unidades orçamentárias responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados especificarão o elemento de despesa somente no momento em que processar o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa, fonte de recursos e modalidades de aplicação.

**Art. 52.** O Poder Executivo poderá, mediante decreto, até o limite previsto no § 2º, do art. 46 desta Lei, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional em relação ao órgão ou um novo órgão.

**Art. 53.** Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2024, serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis pela sua execução, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (Art. 4.0, I, "e" da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

**Art. 54.** Na hipótese do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 não ser sancionado pelo prefeito até 31 de dezembro de 2023, a programação dele constante, na forma da proposta enviada à Assembleia Legislativa, poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos), ao mês, do valor previsto para cada unidade orçamentária, até que o projeto seja sancionado.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º Incluem-se no disposto no caput deste artigo as ações que estavam em execução em 2023.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atender às despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios assistenciais;

III - Pasep;

IV - serviço da dívida;

VI - atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar com recursos do Sistema Único de Saúde – SUS;

VII - despesas financiadas por recursos de doações; e







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

VIII - calamidade pública.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 55.** A Lei Orçamentária para o exercício de 2024, poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas correntes de capital, observado o limite de endividamento, de até 16% (dezesesseis por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Art. 30, 31 e 32).

**Art. 56.** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (Art. 32, Parágrafo Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

**Art. 57.** Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (Art. 31, § 1º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 58.** Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa poderão no exercício financeiro de 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, conceder revisão geral anual, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, corrigir o valor do auxílio-alimentação, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal).

§ 1º Os recursos para fazer face as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2024, comprovados os seguintes requisitos conforme dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, exceto a revisão geral anual:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”

**Art. 59.** Ressalvada a hipótese do inciso X, do Art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo em 2024 não excederá, em Percentual da Receita Corrente Líquida, à despesa verificada no Exercício de 2023, acrescida de 8% (oito por cento), em valores correntes, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Art. 71, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

**Art. 60.** Nos casos de necessidade temporária de interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 90% (noventa por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Art. 22, parágrafo único, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

**Art. 61.** Os Poderes Legislativo e Executivo Municipal adotarão as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Art. 19 e 20):

I - redução em, pelo menos, vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis;

**Art. 62.** Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o Art. 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardam relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "33903400000 - Outras Despesas de Pessoal Decorrente de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 63.** O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (Art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

**Art. 64.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita (Art. 14, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

**Art. 65.** O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (Art. 14, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 66.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão de planejamento e orçamento, deverá atender, no prazo máximo de 10 dias, contados da data do recebimento, às solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Institucional, a que se refere o § 1º, do Art. 93, da Lei Orgânica Municipal, relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item da receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificadas posteriormente ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2024.

**Art. 67.** A execução da Lei Orçamentária do exercício de 2024, e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 2º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no § 1º.

**Art. 68.** A lei orçamentária discriminará as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, a administração pública municipal submeterá os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Jurídica do Município.

**Art. 69.** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, no limite de seus saldos, por ato do Chefe do Poder Executivo (§ 2º, do Art. 167, da Constituição Federal).

**Art. 70.** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios ou outra modalidade congênere com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

**Art. 71º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar e ou ajustar, no que couber, a Lei nº 2.940/2022 - Plano Plurianual de Aplicações para conciliação das prioridades e metas estabelecido no anexo I desta presente lei.

**Art. 72.** O Poder Executivo Municipal, poderá encaminhar ao Poder Legislativo, projeto de lei propondo alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024, com o objetivo de adequação das metas e prioridades da Administração Pública Municipal com o Plano Plurianual.

**Art. 73.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 74.** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, em        de  
de 2023.

  
**TIAGO ROCHA**  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, na data  
supra.







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS LDO 2024

**ÓRGÃO: 000001 - CÂMARA MUNICIPAL**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA**

2.101 - manutenção do poder legislativo municipal;

- a) aquisição de veículos;
- b) aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
- c) manter os serviços do poder legislativo;
- d) impressão de lei orgânica para distribuição gratuita;
- e) fiscalização financeira e orçamentária externa;
- f) comunicação, transparência e divulgação oficial e institucional das ações legislativas;
- g) realizar sessão solene e audiências públicas;
- h) gestão de documentos do arquivo;
- i) gestão patrimonial;
- j) revisão da estrutura organizacional e plano de carreira; e
- k) atualizar o valor do auxílio alimentação.

2.102 - publicação de atos oficiais;

2.103 - manutenção, implementos de sistemas informatizados, rede, comunicação e transparência;

- a) modernizar e adquirir equipamentos e sistemas de tecnologia da informação;
- b) manter e atualizar o site e o portal da transparência na rede municipal de computadores;
- c) manter e implementar novos mecanismos de segurança do prédio;

1.101 - reforma, adequação, ampliação e acessibilidade para o prédio da câmara municipal;

- a) conservar, manter, reformar instalações do prédio;
- b) promover adaptações, reformas em geral e acessibilidade ao prédio;

1.102 - aquisição de imóveis visando a ampliação do prédio sede da câmara municipal;

2.104 - realização de concurso público e processo seletivo;

2.105 - representação, capacitação, assinatura de periódicos e Contribuições a entidades de assessoria;

- a) capacitação de servidores e agentes políticos; e
- b) realizar e/ou apoiar eventos: congressos, simpósios, seminários, cursos e etc.

2.106 - adequação e modernização do plenário;

- a) modernizar e adquirir equipamentos para o plenário;

2.107 - Contribuição à Associação das Câmaras Municipais e dos Vereadores do Espírito Santo - ASCAMVES;

- a) contribuições;

**ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000001 - GABINETE DO PREFEITO**

2.201 - contribuição à Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo;

- a) contribuições;

2.202 - contribuição à Confederação Nacional dos Municípios; e

- a) contribuições;

2.203 - manutenção, reestruturação e modernização do Gabinete do Prefeito

- a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outros aquisições e serviços.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO**

2.204 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria municipal de governo e comunicação;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

2.205 - divulgação voltada para a transparência de gestão;

2.206 - publicação de atos oficiais do município;

2.207 - implantação e manutenção de sistema de internet para uso comunitário; e

2.208 - implantação e manutenção de sistema de comunicação audiovisual.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000011 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2.209 manutenção, reestruturação e modernização - manutenção, reestruturação e modernização da procuradoria do município

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000012 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2.210 - manutenção, reestruturação e modernização da controladoria do município;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000021 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

1.201 - construção, reforma e ampliação de prédios e próprios municipais;

2.104 - realização de concurso público e processo seletivo;

2.211 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria de administração;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

2.212 - treinamento e capacitação de recursos humanos;

2.213 - contribuição ao programa de amparo ao servidor público – PASEP; e

a) contribuições;

2.214 - manutenção, reestruturação e modernização dos serviços de informática.

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000022 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000. Documento assinado digitalmente conforme art.  
4º, II da Lei 14.063/2020.

Planejamento@saogabriel.es.gov.br Fone/Fax (027) 3727-1366





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

- 0.202 - principal e juros sobre a dívida contratada junto ao SGP/PREV; e
- 0.203 - principal e juros sobre a dívida contratada em geral.
- 2.215 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria de finanças;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

- 2.212 - treinamento e capacitação de recursos humanos;
- 2.217 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria municipal de planejamento;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.226 - manutenção das ações de regularização fundiária; e
- 9.999 - reserva de contingência.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000031 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.**

- 1.203 - implantação e manutenção de escola voltada para o treinamento de mão de obra para a indústria;
- 2.218 - manutenção, reestruturação da secretaria municipal do trabalho, desenvolvimento econômico, indústria, comércio e turismo
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.219 - realização e participação em cursos, simpósios e palestras voltados para a capacitação do servidor;
- 2.220 - estruturação e manutenção do Sistema Nacional de Emprego – SINE;
- 2.221 - apoio a produção de artesanato e realização de feiras;
- 2.222 - promoções para o comércio e ornamentação natalina; e
- 2.223 - transferência a organizações não governamentais vinculadas ao comércio.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000041 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO**

- 1.206 - construção de calçamento, pavimentação e sinalização viária;
- 1.207 - construção de muros, escadarias e calçadas cidadãs;
- 1.208 - construção e reforma de pontes e bueiros na zona urbana;
- 1.209 - construção, reforma e ampliação de praças, parques e jardins;
- 1.210 - construção, reforma e ampliação de cemitérios municipais;
- 1.211 - ampliação e melhoria da rede de distribuição de energia elétrica;
- 1.212 - construção de drenagem, galerias e canalização de córregos;
- 1.213 - construção, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água;
- 1.214 - construção, ampliação e melhoria do sistema de coleta e tratamento de esgoto;



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Planejamento@saogabriel.es.gov.br Fone/Fax (027) 3727-1366



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

- 1.215 - ampliação da usina de reciclagem e construção do transbordo de resíduos sólidos urbanos;
- 1.216 - reforma e ampliação do terminal rodoviário; e
- 2.225 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria de obras e desenvolvimento urbano;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000042 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE**

- 2.227 - implantação e manutenção do sistema de videomonitoramento;
- 2.228 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria de serviços urbanos e transporte;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.229 - manutenção dos sistemas de iluminação pública;
- 2.230 - manutenção dos sistemas de abastecimento de água;
- 2.231 - manutenção dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos;
- 2.232 - manutenção dos serviços de limpeza pública;
- 2.234 - transferência a organizações não governamentais vinculadas a resíduos sólidos; e
- 2.257 - manutenção do departamento de trânsito;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000051 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO**

- 1.217 - construção, reabertura, cascalhamento e melhoria de estradas.
- 2.235 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria municipal de desenvolvimento agropecuário;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.236 - realização de cursos, simpósios e eventos voltados para a capacitação de agricultores;
- 2.237 - transferência a organizações não governamentais vinculadas aos agricultores;
- 1.219 - aquisição de máquinas, veículos e equipamentos para a agricultura; e
- 2.239 - manutenção de viveiros e distribuição de sementes e mudas visando a diversificação agrícola e a reno.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000052 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

- 2.240 - manutenção do fundo municipal de desenvolvimento rural sustentável; e
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.241 - manutenção dos serviços voltados para a construção de infraestrutura rural.







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

a) aquisição de materiais e serviços.

**ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000061 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

2.242 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria municipal de meio ambiente;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

2.243 - realização e participação em cursos, simpósios e eventos voltados para o meio ambiente; e

2.258 - transferência ao CIM NOROESTE.

**ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000071 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ARTE**

2.244 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria de cultura e arte;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

2.245 - realização de festas e eventos; e

2.246 - manutenção da biblioteca pública municipal.

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

**ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000072 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

2.247 - manutenção do fundo municipal da cultura;

2.248 - manutenção da banda de música municipal;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços; e

2.249 - apoio às atividades vinculadas ao teatro amador e à cultura popular.

**ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000073 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**

1.221 - construção, reforma e ampliação de ginásios e quadras poliesportivas;

1.222 - construção, reforma e ampliação do estádio municipal e campos de futebol;

1.231 - modernização e reestruturação de praças através de equipamentos esportivos;

2.250 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria de esporte e lazer;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços;

2.251 - promoção e participação em eventos desportivos amadores;

2.259 - aquisição de uniformes e materiais esportivos para atender os projetos esportivos; e

2.260 - transferência a organização não governamental vinculada ao esporte amador

**ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA**



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Planejamento@saogabriel.es.gov.br Fone/Fax (027) 3727-1366



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

## **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000081 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**

2.252 - manutenção, reestruturação e modernização do fundo municipal de proteção e de defesa do consumidor;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços;

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000082 - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

2.253 - manutenção, reestruturação e modernização da coordenadoria de defesa civil do município;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

## **ÓRGÃO: 000002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000083 - GABINETE GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

2.254 - manutenção da junta do serviço militar e do TG 01-015;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

2.255 - transferência a organizações não governamentais vinculadas a segurança pública; e

2.256 - manutenção, reestruturação e modernização do gabinete de gestão integrada de segurança;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

## **ÓRGÃO: 000003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade orçamentária: 000001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

2.301 - manutenção, reestruturação da Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Família; e

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

9.999 - reserva de contingência.

## **ÓRGÃO: 000003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1.301 - construção, reforma e ampliação de centro de referência de assistência social – CRAS;

1.302 - construção, reforma e ampliação de centro de referência especializada de assistência social - CREAS

1.304 - construção, reforma e ampliação do centro de convivência dos idosos;

1.305 - construção, reforma e ampliação da sede do abrigo institucional - Abrigo Luz

2.302 - manutenção, reestruturação e modernização do Fundo Municipal de Assistência Social;







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

- a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.303 - capacitação e treinamento de servidores vinculados à assistência social;
- 2.304 - transferência a organizações não governamentais vinculadas à pessoa idosa;
- 2.305 - transferência e doação de equipamentos a ONGS vinculadas à pessoa portadora de deficiência;
- 2.306 - manutenção do abrigo luz;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.308 - manutenção do conselho tutelar;
- 2.307 - manutenção do serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;  
Suplementado Até
- 2.308 - manutenção do conselho tutelar;
- 2.309 - manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.310 - manutenção do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.311 - manutenção e gerenciamento do cadastro único do governo federal - IGD/CADUNICO
- 2.312 - benefício eventual as pessoas em vulnerabilidade social - passagens;
- 2.313 - manutenção das ações voltadas para a convivência e fortalecimento de vínculos;
- 2.314 - benefício eventual as pessoas em vulnerabilidade social - kits de cestas básicas de alimentos;
- 2.316 - capacitação e treinamento de pessoas em vulnerabilidade social;
- 2.319 - manutenção do programa incluir.
- 2.322 - benefício eventual as pessoas em vulnerabilidade social - natalidade;
- 2.323 - benefício eventual as pessoas em vulnerabilidade social – mortalidade;
- 2.324 - benefício eventual as pessoas em vulnerabilidade social - fornecimento de leite;
- 2.326 - promoção de união civil de casais em vulnerabilidade social;
- 2.329 - promoção da política de prevenção da violência contra a mulher; e
- 2.331 – execução do projeto de compra direta de alimentos CDA;

**ÓRGÃO: 000003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000003 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

- 1.303 - construção e melhorias de unidades habitacionais para a população de baixa renda;
- 2.315 - benefício eventual as pessoas em vulnerabilidade social - kits de material de construção;
- 2.317 - manutenção do fundo municipal de habitação de interesse social;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.318 - Locação de imóvel residencial para uso temporário de famílias em vulnerabilidade ou risco;



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Planejamento@saogabriel.es.gov.br Fone/Fax (027) 3727-1366





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

- 2.327 - regularização de loteamentos públicos nas zonas especiais de interesse social; e
- 2.328 - regularização fundiária nas zonas especiais de interesse social.

## **ÓRGÃO: 000003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000004 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

- 2.320 - manutenção do fundo da infância e adolescência;
- 2.321 - manutenção das ações para o desenvolvimento da infância e adolescência;
- 2.325 - transferência a organizações não governamentais para ações voltadas à criança e adolescente; e
- 2.330 - promoção da política de prevenção da violência contra crianças e adolescentes; Elemento Despesa
- 2.332 - implantação, estruturação e manutenção do programa criança feliz.
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.

## **ÓRGÃO: 000004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

### **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- 2.401 - manutenção, reestruturação e modernização da secretaria municipal de saúde;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços.
- 2.402 - realização e participação dos servidores e membros do conselho mun. em cursos, semin e simpos. saúde e
- 9.999 - reserva de contingência.

## **ÓRGÃO: 000004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

### **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

- 1.401 - aquisição de imóveis, construção, reforma e ampliação de unidades básicas de saúde e unidade hospitalar;
- 1.402 - construção, reforma e ampliação do centro de atenção psicossocial - CAPS;
- 2.403 - manutenção, reestruturação e modernização do fundo municipal de saúde;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços;
- 2.404 - manutenção da atenção básica com recursos do piso da atenção básica - PAB;
- 2.405 - manutenção do programa estratégia saúde da família;
- 2.406 - manutenção do programa de agentes comunitários de saúde;
- 2.407 - manutenção do programa de saúde bucal;
- 2.408 - transferência ao CIM/NOROESTE;
- 2.409 - manutenção do programa de assistência farmacêutica;
- 2.410 - manutenção dos serviços de reabilitação física;
- 2.411 - manutenção dos serviços do laboratório municipal;
- 2.412 - realização de exames diversos, aquisição de órteses, próteses, cadeiras de rodas e insumos diversos;
- 2.413 - complementação alimentar para nutrízes e crianças de baixo peso;
- 2.414 - transferência a organizações não governamentais para atendimento hospitalar;
- 2.415 - manutenção dos serviços de vigilância em saúde;
- 2.416 - manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS;
- 2.417 - programa castração, controle populacional animais e transmissão vetorial;







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

- 2.419 - manutenção dos serviços de vigilância sanitária; e
- 2.420 - promoção da política de prevenção da violência contra a mulher.

**ÓRGÃO: 000005 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- 2.501 - manutenção da secretaria municipal de educação; e
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços;
- 9.999 - reserva de contingência.

**ÓRGÃO: 000005 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

- 1.501 - aquisição de imóveis e construção, reforma e ampliação de prédios administrativos da educação;
- 2.502 - realização e participação em cursos, seminários e simpósios da educação básica;
- 2.503 - manutenção do programa de alimentação escolar;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços;
- 2.504 - transferência a organizações não governamentais vinculadas à educação do campo;
- 2.506 - apoio ao transporte dos graduandos em nível superior;
- 2.509 - manutenção do programa de transporte escolar da educação básica;
- 2.507 - manutenção do programa de alfabetização de jovens e adultos;
- 2.511 - transferências no âmbito do Programa Escola Democrática – PED.
- 2.514 - aquisição de kits de uniformes escolares para atender os estudantes da rede municipal de ensino;
- 2.515 - aquisição de kits de matérias escolares para atender os estudantes da rede municipal de ensino;

**ÓRGÃO: 000005 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**Unidade orçamentária: 000003 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - FMEIEF.**

- 1.502 - construção, reforma e ampliação de escolas do ensino fundamental;
- 1.503 - construção, reforma e ampliação de escolas da educação infantil;
- 1.504 - adequação e modernização de escolas do ensino fundamental;
- 1.505 - adequação e modernização de escolas da educação infantil;
- 2.508 - manutenção do ensino fundamental;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços;
- 2.510 - manutenção da educação infantil;
  - a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços;
- 2.512 - manutenção do programa de inovação educação conectada no ensino fundamental;
- 2.513 - manutenção do programa de inovação educação conectada na educação infantil.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Planejamento

2.516 - implantação, estruturação e manutenção de segurança das escolas da educação fundamental; e

Fonte Recurso

2.517 - implantação, estruturação e manutenção de segurança das escolas da educação infantil.

**ÓRGÃO: 000006 - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO GABRIEL DA PALHA - CASP.**

**Unidade orçamentária: 000001 - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO GABRIEL DA PALHA - CASP**

2.601 - manutenção da Caixa de Assistência do Servidor Público – CASP;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços;

2.602 - assistência ambulatorial, médica e hospitalar aos segurados da CASP;

2.603 - auditorias em contas hospitalares e perícias médicas; e

9.999 - reserva de contingência.

**ÓRGÃO: 000007 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO GABRIEL DA PALHA - SGP/PREV.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 000001 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO GABRIEL DA PALHA - SGP/PREV.**

2.701 - manutenção do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Gabriel da Palha;

a) aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras aquisições e serviços;

2.702 - treinamento e capacitação de servidores e conselheiros do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos;

2.703 - pagamento de aposentadorias;

2.704 - pagamentos de pensões; e

**9.999 - reserva de contingência.**





**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
 LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	500.000,00	Anulação do saldo de dotação da reserva de contingencia para quitação	500.000,00
Outros Passivos Contingentes	200.000,00	Buarcar fontes de recurso ou utilizar o saldo de dotação da reserva de contingencia para atendimento a despesas com, ações trabalhistas, ações fiscais, possíveis multas ou autuações por órgão superiores e outros	200.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>700.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>700.000,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Restituição de Tributos a Maior	100.000,00	Utilização da reserva de contingencia caso o valor ultrapasse a previsão orçamentaia.	100.000,00
Discrepância de Projeções	14.000.000,00	Reduzir os gastos, buscar novas fontes de receita, bloquear ou anular do saldo de dotação, principalmente as despesa de capital e continuadas caso haja necessidade. podendendo utiliza-se do saldo de dotação da resrva de contingencia.	14.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	300.000,00	Buscar novas fontes de reitas ou utilização do saldo da reserva de contingencia para atender as despesas imprevistas e emergenciais, como a concessão de auxilio a pessoas afetadas por enchentes, deslizamentos de terra, entre outros eventos naturais.	300.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>14.400.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>14.400.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.100.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15.100.000,00</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023 , às 12:26:17

\_\_\_\_\_  
 TIAGO ROCHA  
 PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	236.552.519,19	227.061.354,57	0,130	149,183	250.083.323,29	230.816.600,05	0,135	149,183	264.588.156,04	234.811.477,74	0,140	149,183
Receitas Primárias (I)	201.975.342,70	193.871.513,44	0,111	127,377	213.528.332,31	197.077.850,01	0,115	127,377	225.912.975,58	200.488.791,45	0,120	127,377
Receitas Primárias Correntes	144.832.351,22	139.021.262,45	0,079	91,339	153.116.761,72	141.320.460,26	0,082	91,339	161.997.533,90	143.766.375,99	0,086	91,339
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.290.389,40	9.877.509,50	0,006	6,490	10.878.999,68	10.040.868,32	0,006	6,490	11.509.981,66	10.214.651,49	0,006	6,490
Contribuições	3.891.235,66	3.735.108,14	0,002	2,454	4.113.814,34	3.796.881,08	0,002	2,454	4.352.415,57	3.862.595,92	0,002	2,454
Transferências Correntes	128.991.691,60	123.816.175,47	0,071	81,349	136.370.016,36	125.863.904,52	0,073	81,349	144.279.477,31	128.042.304,62	0,076	81,349
Demais Receitas Primárias Correntes	1.659.034,56	1.592.469,34	0,001	1,046	1.753.931,34	1.618.806,34	0,001	1,046	1.855.659,36	1.646.823,97	0,001	1,046
Receitas Primárias de Capital	57.142.991,48	54.850.250,99	0,031	36,038	60.411.570,59	55.757.389,75	0,033	36,038	63.915.441,68	56.722.415,45	0,034	36,038
Despesa Total	236.552.519,19	227.061.354,57	0,130	149,183	250.083.323,29	230.816.600,05	0,135	149,183	264.588.156,04	234.811.477,74	0,140	149,183
Despesas Primárias (II)	190.695.246,27	183.044.006,79	0,104	120,263	201.603.014,36	186.071.273,06	0,109	120,263	213.295.989,19	189.291.717,24	0,113	120,263
Despesas Primárias Correntes	145.045.124,07	139.225.498,24	0,079	91,474	153.341.705,17	141.528.073,79	0,083	91,474	162.235.524,07	143.977.582,82	0,086	91,474
Pessoal e Encargos Sociais	84.822.677,57	81.419.348,79	0,046	53,494	89.674.534,73	82.765.899,56	0,048	53,494	94.875.657,74	84.198.377,31	0,050	53,494
Outras Despesas Correntes	60.222.446,50	57.806.149,45	0,033	37,980	63.667.170,44	58.762.174,23	0,034	37,980	67.359.866,33	59.779.205,50	0,036	37,980
Despesas Primárias de Capital	45.650.122,20	43.818.508,54	0,025	28,789	48.261.309,19	44.543.199,26	0,026	28,789	51.060.465,12	45.314.134,42	0,027	28,789
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	11.280.096,43	10.827.506,65	0,006	7,114	11.925.317,95	11.006.576,96	0,006	7,114	12.616.986,39	11.197.074,21	0,007	7,114
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	5.375.148,94	5.159.482,57	0,003	3,390	5.682.607,46	5.244.812,47	0,003	3,390	6.012.198,69	5.335.587,50	0,003	3,390
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	27.959,57	26.837,75	0,000	0,018	29.558,86	27.281,61	0,000	0,018	31.273,27	27.753,79	0,000	0,018
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	16.627.285,80	15.960.151,47	0,009	10,486	17.578.366,55	16.224.107,82	0,009	10,486	18.597.911,81	16.504.907,93	0,010	10,486
Dívida Pública Consolidada	17.559.758,24	16.855.210,44	0,010	11,074	16.502.957,07	15.231.549,20	0,009	9,845	16.515.445,12	14.656.801,47	0,009	9,312
Dívida Consolidada Líquida	(34.356.905,93)	(32.978.408,46)	-0,019	-21,667	(32.289.199,89)	(29.801.600,68)	-0,017	-19,262	(32.313.633,63)	(28.677.066,19)	-0,017	-18,219
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023 , às 12:28:22

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,40	1,72	1,80
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	64,50	66,95	68,30
Câmbio (R\$/U\$ - Final do Ano)	5,26	5,30	5,35
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,18	4,00	4,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	182.525.678.400,00	185.665.120.068,48	189.007.092.229,71
Receita Corrente Líquida - RCL	158.565.181,88	167.635.110,28	177.357.946,68



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



# MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS ANUAIS**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,0418	Valor Corrente / 1,0835	Valor Corrente / 1,1268

TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.  
4º, II da Lei 14.063/2020.

# MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### METAS ANUAIS

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	236.552.519,19	227.061.354,57	0,130	149,183	250.083.323,29	230.816.600,05	0,135	149,183	264.588.156,04	234.811.477,74	0,140	149,183
Receitas Primárias (I)	201.975.342,70	193.871.513,44	0,111	127,377	213.528.332,31	197.077.850,01	0,115	127,377	225.912.975,58	200.488.791,45	0,120	127,377
Receitas Primárias Correntes	144.832.351,22	139.021.262,45	0,079	91,339	153.116.761,72	141.320.460,26	0,082	91,339	161.997.533,90	143.766.375,99	0,086	91,339
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.290.389,40	9.877.509,50	0,006	6,490	10.878.999,68	10.040.868,32	0,006	6,490	11.509.981,66	10.214.651,49	0,006	6,490
Contribuições	3.891.235,66	3.735.108,14	0,002	2,454	4.113.814,34	3.796.881,08	0,002	2,454	4.352.415,57	3.862.595,92	0,002	2,454
Transferências Correntes	128.991.691,60	123.816.175,47	0,071	81,349	136.370.016,36	125.863.904,52	0,073	81,349	144.279.477,31	128.042.304,62	0,076	81,349
Demais Receitas Primárias Correntes	1.659.034,56	1.592.469,34	0,001	1,046	1.753.931,34	1.618.806,34	0,001	1,046	1.855.659,36	1.646.823,97	0,001	1,046
Receitas Primárias de Capital	57.142.991,48	54.850.250,99	0,031	36,038	60.411.570,59	55.757.389,75	0,033	36,038	63.915.441,68	56.722.415,45	0,034	36,038
Despesa Total	236.552.519,19	227.061.354,57	0,130	149,183	250.083.323,29	230.816.600,05	0,135	149,183	264.588.156,04	234.811.477,74	0,140	149,183
Despesas Primárias (II)	190.695.246,27	183.044.006,79	0,104	120,263	201.603.014,36	186.071.273,06	0,109	120,263	213.295.989,19	189.291.717,24	0,113	120,263
Despesas Primárias Correntes	145.045.124,07	139.225.498,24	0,079	91,474	153.341.705,17	141.528.073,79	0,083	91,474	162.235.524,07	143.977.582,82	0,086	91,474
Pessoal e Encargos Sociais	84.822.677,57	81.419.348,79	0,046	53,494	89.674.534,73	82.765.899,56	0,048	53,494	94.875.657,74	84.198.377,31	0,050	53,494
Outras Despesas Correntes	60.222.446,50	57.806.149,45	0,033	37,980	63.667.170,44	58.762.174,23	0,034	37,980	67.359.866,33	59.779.205,50	0,036	37,980
Despesas Primárias de Capital	45.650.122,20	43.818.508,54	0,025	28,789	48.261.309,19	44.543.199,26	0,026	28,789	51.060.465,12	45.314.134,42	0,027	28,789
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	11.280.096,43	10.827.506,65	0,006	7,114	11.925.317,95	11.006.576,96	0,006	7,114	12.616.986,39	11.197.074,21	0,007	7,114
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	5.375.148,94	5.159.482,57	0,003	3,390	5.682.607,46	5.244.812,47	0,003	3,390	6.012.198,69	5.335.587,50	0,003	3,390
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	27.959,57	26.837,75	0,000	0,018	29.558,86	27.281,61	0,000	0,018	31.273,27	27.753,79	0,000	0,018
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	16.627.285,80	15.960.151,47	0,009	10,486	17.578.366,55	16.224.107,82	0,009	10,486	18.597.911,81	16.504.907,93	0,010	10,486
Dívida Pública Consolidada	17.559.758,24	16.855.210,44	0,010	11,074	16.502.957,07	15.231.549,20	0,009	9,845	16.515.445,12	14.656.801,47	0,009	9,312
Dívida Consolidada Líquida	(34.356.905,93)	(32.978.408,46)	-0,019	-21,667	(32.289.199,89)	(29.801.600,68)	-0,017	-19,262	(32.313.633,63)	(28.677.066,19)	-0,017	-18,219
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023 , às 12:28:36

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,40	1,72	1,80
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	64,50	66,95	68,30
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,26	5,30	5,35
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,18	4,00	4,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	182.525.678.400,00	185.665.120.068,48	189.007.092.229,71
Receita Corrente Líquida - RCL	158.565.181,88	167.635.110,28	177.357.946,68



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



# MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS ANUAIS**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,0418	Valor Corrente / 1,0835	Valor Corrente / 1,1268

TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.  
4º, II da Lei 14.063/2020.

**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	166.756.550,60	0,113	118,707	170.635.553,67	0,096	121,468	3.879.003,07	2,326
Receitas Primárias (I)	143.602.122,02	0,097	102,224	146.283.284,54	0,082	104,133	2.681.162,52	1,867
Despesa Total	166.756.550,60	0,113	118,707	140.840.414,62	0,079	100,258	(25.916.135,98)	-15,541
Despesas Primárias (II)	143.904.830,55	0,097	102,440	128.874.184,59	0,072	91,740	(15.030.645,96)	-10,445
Resultado Primário (III) = (I - II)	(302.708,53)	0,000	-0,215	17.409.099,95	0,010	12,393	17.711.808,48	-5.851,110
Resultado Nominal	3.255.532,97	0,002	2,317	20.996.743,79	0,012	14,947	17.741.210,82	544,956
Dívida Pública Consolidada	17.143.889,46	0,012	12,204	17.143.889,46	0,010	12,204	0,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	(27.264.182,73)	-0,018	-19,408	(27.264.182,73)	-0,015	-19,408	0,00	0,000

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	147.835.500.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	178.400.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023 , às 12:

\_\_\_\_\_  
TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL





**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	130.015.527,73	166.756.550,60	28,26	224.050.501,22	31,30	236.552.519,19	5,58	250.083.323,29	5,72	264.588.156,04	5,80
Receitas Primárias (I)	108.668.028,77	143.602.122,02	32,15	191.300.760,28	30,77	201.975.342,70	5,58	213.528.332,31	5,72	225.912.975,58	5,80
Despesa Total	130.015.527,73	166.756.550,60	28,26	224.050.501,22	59,08	236.552.519,19	5,58	250.083.323,29	5,72	264.588.156,04	5,80
Despesas Primárias (II)	104.760.240,28	143.904.830,55	37,37	182.685.071,09	41,76	190.695.246,27	4,38	201.603.014,36	5,72	213.295.989,19	5,80
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.907.788,49	(302.708,53)	-107,75	8.615.689,19	-50,51	11.280.096,43	30,93	11.925.317,95	5,72	12.616.986,39	5,80
Resultado Nominal	3.907.788,49	3.255.532,97	-16,69	13.680.274,69	-34,85	16.627.285,80	21,54	17.578.366,55	5,72	18.597.911,81	5,80
Dívida Pública Consolidada	18.337.243,35	17.143.889,46	-6,51	15.610.061,55	-8,95	17.559.758,24	12,49	16.502.957,07	-6,02	16.515.445,12	0,08
Dívida Consolidada Líquida	(4.104.545,77)	(27.264.182,73)	564,24	(30.542.186,80)	12,02	(34.356.905,93)	12,49	(32.289.199,89)	-6,02	(32.313.633,63)	0,08

  

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	145.809.788,04	176.778.619,29	24,06	224.050.501,22	23,86	227.061.354,57	1,34	230.816.600,05	1,65	234.811.477,74	1,73
Receitas Primárias (I)	121.868.999,17	152.232.609,55	27,25	191.300.760,28	23,36	193.871.513,44	1,34	197.077.850,01	1,65	200.488.791,45	1,73
Despesa Total	145.809.788,04	176.778.619,29	2,40	224.050.501,22	50,06	227.061.354,57	1,34	230.816.600,05	1,65	234.811.477,74	1,73
Despesas Primárias (II)	117.486.493,32	152.553.510,87	16,29	182.685.071,09	33,72	183.044.006,79	0,20	186.071.273,06	1,65	189.291.717,24	1,73
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.382.505,85	(320.901,31)	321,12	8.615.689,19	-53,32	10.827.506,65	25,67	11.006.576,96	1,65	11.197.074,21	1,73
Resultado Nominal	4.382.505,85	3.451.190,50	407,90	13.680.274,69	-38,54	15.960.151,47	16,66	16.224.107,82	1,65	16.504.907,93	1,73
Dívida Pública Consolidada	20.564.848,01	18.174.237,22	-11,63	15.610.061,55	-14,11	16.855.210,44	7,98	15.231.549,20	-9,63	14.656.801,47	-3,77
Dívida Consolidada Líquida	(4.603.165,17)	(28.902.760,11)	527,89	(30.542.186,80)	5,67	(32.978.408,46)	7,98	(29.801.600,68)	-9,63	(28.677.066,19)	-3,77

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023*	2024*	2025	2026
10,06	5,79	6,01	4,18	4,00	4,00

\*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023, às 12:29:32

TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>PREFEITURA CONSOLIDADO</b>						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2022</b>	<b>%</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	252.213.494,67	100,000	332.978.031,65	100,000	228.401.313,18	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
<b>Total</b>	<b>252.213.494,67</b>	<b>100%</b>	<b>332.978.031,65</b>	<b>100%</b>	<b>228.401.313,18</b>	<b>100%</b>

  

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2022</b>	<b>%</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(51.876.607,50)	100,000	20.073.937,85	100,000	19.779.195,28	100,000
<b>Total</b>	<b>(51.876.607,50)</b>	<b>100%</b>	<b>20.073.937,85</b>	<b>100%</b>	<b>19.779.195,28</b>	<b>100%</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023 , às 12:

---

TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL





**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXOS DE METAS FISCAIS****ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	<b>1.344.613,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens Móveis	1.297.158,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	47.455,56	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	<b>1.237.652,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS</b>	<b>1.237.652,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	1.237.652,65	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2022 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2021 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2020 (i) = ((Ic - II f)
<b>VALOR (III)</b>	<b>106.960,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023 , às 12:

TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL



## MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXOS DE METAS FISCAIS

## AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>13.210.485,10</b>	<b>15.434.086,35</b>	<b>19.451.278,08</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	3.201.763,70	3.370.597,03	3.630.799,90
Ativo	3.086.593,60	3.278.641,54	3.553.899,88
Inativo	111.750,85	87.045,29	67.586,99
Pensionista	3.419,25	4.910,20	9.313,03
Receita de Contribuições Patronais	8.001.680,07	8.984.689,15	11.214.529,63
Ativo	8.001.680,07	8.984.689,15	11.214.529,63
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	1.622.314,99	926.365,69	2.817.132,17
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais	1.622.314,99	926.365,69	2.817.132,17
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	384.726,34	2.152.434,48	1.788.816,38
Compensação Financeira entre os Regimes	348.569,58	361.827,81	421.992,41
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		1.745.746,45	1.237.652,65
Demais Receitas Correntes	36.156,76	44.860,22	129.171,32
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>13.210.485,10</b>	<b>13.688.339,90</b>	<b>18.213.625,43</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Aposentadorias	11.389.843,95	11.668.354,26	12.607.410,88
Pensões por Morte	1.585.732,89	1.683.893,43	2.028.208,95
Outras Despesas Previdenciárias	108.119,52	118.875,58	1.548.670,23
Compensação Financeira entre os Regimes	34.268,48	29.787,10	35.194,18
Demais Despesas Previdenciárias	73.851,04	89.088,48	1.513.476,05
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	<b>13.083.696,36</b>	<b>13.471.123,27</b>	<b>16.184.290,06</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)</b>	<b>126.788,74</b>	<b>217.216,63</b>	<b>2.029.335,37</b>
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>VALOR</b>			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>VALOR</b>			
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	2.752.234,03	5.587.534,38	5.346.951,30
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.746.026,09	63,00
Investimentos e Aplicações	17.098.156,88	22.063.164,63	32.064.910,08
Outros Bens e Direitos	33.841,26	30.955,92	42.894,13

Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>



## MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXOS DE METAS FISCAIS

## AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES (VII)</b>			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeiras entre os Regimes			
Demais Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (VIII)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)</b>			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Aposentadorias			
Pensões por Morte			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre os Regimes			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)</b>			
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)</b>			
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
<b>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outros Bens e Direitos			
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Receitas Correntes	13.210.485,10	15.434.086,35	19.451.278,08
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>	<b>13.210.485,10</b>	<b>15.434.086,35</b>	<b>19.451.278,08</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (XIII)</b>			
Pessoal e Encargos Sociais	12.975.576,84	13.352.247,69	14.635.619,83
Demais Despesas Correntes	108.119,52	118.875,58	1.530.810,23
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIV)</b>			17.860,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>			
<b>BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO</b>			
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)</b>			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa			63,00
Investimentos e Aplicações	17.098.156,88	22.063.164,63	32.064.910,08
Demais Receitas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)</b>			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023, às 17



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
 com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.  
 4º, II da Lei 14.063/2020.

**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

**RÉCEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>

com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.



MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c)
			<b>Ativo Previdenciário</b>	<b>0,00</b>
2023	20.496.310,92	20.245.380,60	250.930,32	250.930,32
2024	22.753.822,16	20.424.912,54	2.328.909,62	2.579.839,94
2025	22.855.578,87	20.736.330,63	2.119.248,24	4.699.088,18
2026	22.958.353,15	20.870.300,23	2.088.052,92	6.787.141,10
2027	23.062.155,17	21.014.507,30	2.047.647,87	8.834.788,97
2028	23.166.995,21	21.345.929,92	1.821.065,29	10.655.854,26
2029	23.272.883,66	21.284.773,69	1.988.109,97	12.643.964,23
2030	23.379.830,98	21.592.891,91	1.786.939,07	14.430.903,30
2031	23.487.847,78	21.854.151,08	1.633.696,70	16.064.600,00
2032	23.596.944,75	22.425.178,67	1.171.766,08	17.236.366,08
2033	23.707.132,69	22.617.899,31	1.089.233,38	18.325.599,46
2034	23.818.422,50	23.163.885,32	654.537,18	18.980.136,64
2035	23.930.825,22	23.124.963,62	805.861,60	19.785.998,24
2036	24.044.351,96	24.242.790,69	(198.438,73)	19.587.559,51
2037	24.159.013,97	24.902.909,50	(743.895,53)	18.843.663,98
2038	24.274.822,60	25.466.364,64	(1.191.542,04)	17.652.121,94
2039	24.391.789,31	25.605.384,41	(1.213.595,10)	16.438.526,84
2040	24.509.925,69	26.365.260,15	(1.855.334,46)	14.583.192,38
2041	24.629.243,44	26.672.420,70	(2.043.177,26)	12.540.015,12
2042	24.749.754,36	26.887.777,94	(2.138.023,58)	10.401.991,54
2043	24.871.470,40	27.323.324,38	(2.451.853,98)	7.950.137,56
2044	24.994.403,59	28.384.864,40	(3.390.460,81)	4.559.676,75
2045	25.118.566,12	28.895.431,15	(3.776.865,03)	782.811,72
2046	25.243.970,27	29.262.874,04	(4.018.903,77)	(3.236.092,05)
2047	25.370.628,46	30.194.478,73	(4.823.850,27)	(8.059.942,32)
2048	25.498.553,23	30.841.985,47	(5.343.432,24)	(13.403.374,56)
2049	25.627.757,25	31.475.528,18	(5.847.770,93)	(19.251.145,49)
2050	25.758.253,32	31.743.294,18	(5.985.040,86)	(25.236.186,35)
2051	25.890.054,34	32.137.226,56	(6.247.172,22)	(31.483.358,57)
2052	26.023.173,37	32.302.534,74	(6.279.361,37)	(37.762.719,94)
2053	26.157.623,60	32.288.099,93	(6.130.476,33)	(43.893.196,27)
2054	26.293.418,32	32.405.852,90	(6.112.434,58)	(50.005.630,85)
2055	26.430.570,99	32.476.933,85	(6.046.362,86)	(56.051.993,71)
2056	26.569.095,19	32.194.239,47	(5.625.144,28)	(61.677.137,99)
2057	26.709.004,63	32.269.531,12	(5.560.526,49)	(67.237.664,48)
2058	26.850.313,17	31.770.900,21	(4.920.587,04)	(72.158.251,52)
2059	26.993.034,79	31.815.665,24	(4.822.630,45)	(76.980.881,97)
2060	27.137.183,63	31.859.867,50	(4.722.683,87)	(81.703.565,84)
2061	27.282.773,95	31.903.517,88	(4.620.743,93)	(86.324.309,77)
2062	27.429.820,18	31.946.627,14	(4.516.806,96)	(90.841.116,73)
2063	27.578.336,87	31.989.205,91	(4.410.869,04)	(95.251.985,77)
2064	27.728.338,73	32.031.264,68	(4.302.925,95)	(99.554.911,72)
2065	27.879.840,61	32.049.940,29	(4.170.099,68)	(103.725.011,40)
2066	15.454.706,45	32.069.780,61	(16.615.074,16)	(120.340.085,56)
2067	15.609.253,51	32.090.701,67	(16.481.448,16)	(136.821.533,72)
2068	15.765.346,05	32.112.624,29	(16.347.278,24)	(153.168.811,96)
2069	15.922.999,51	32.135.473,78	(16.212.474,27)	(169.381.286,23)
2070	16.082.229,50	32.159.179,75	(16.076.950,25)	(185.458.236,48)
2071	16.243.051,80	32.183.675,87	(15.940.624,07)	(201.398.860,55)
2072	16.405.482,22	32.208.899,67	(15.803.417,45)	(217.202.278,00)
2073	16.569.537,14	32.234.792,35	(15.665.255,21)	(232.867.533,21)
2074	16.735.232,51	32.261.298,56	(15.526.066,05)	(248.393.599,26)
2075	16.902.584,84	32.288.366,26	(15.385.781,42)	(263.779.380,68)
2076	17.071.610,69	32.315.946,51	(15.244.335,82)	(279.023.716,50)
2077	17.242.326,78	32.343.993,36	(15.101.666,58)	(294.125.383,08)
2078	17.414.750,06	32.372.463,65	(14.957.713,59)	(309.083.096,67)



**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXOS DE METAS FISCAIS****PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c)
2079	17.588.897,56	32.401.316,88	(14.812.419,32)	(323.895.515,99)
2080	17.764.786,54	32.430.515,08	(14.665.728,54)	(338.561.244,53)
2081	17.942.434,40	32.460.022,65	(14.517.588,25)	(353.078.832,78)
2082	18.121.858,75	32.489.806,29	(14.367.947,54)	(367.446.780,32)
2083	18.303.077,33	32.519.834,81	(14.216.757,48)	(381.663.537,80)
2084	18.486.108,11	32.195.895,73	(13.709.787,62)	(395.373.325,42)
2085	18.670.969,19	32.243.456,12	(13.572.486,93)	(408.945.812,35)
2086	18.857.678,88	32.290.351,40	(13.432.672,52)	(422.378.484,87)
2087	19.046.255,67	32.336.597,95	(13.290.342,28)	(435.668.827,15)
2088	19.236.718,23	32.382.211,86	(13.145.493,63)	(448.814.320,78)
2089	19.429.085,41	32.427.208,93	(12.998.123,52)	(461.812.444,30)
2090	19.623.376,26	32.471.604,65	(12.848.228,39)	(474.660.672,69)
2091	19.819.610,02	32.515.414,25	(12.695.804,23)	(487.356.476,92)
2092	20.017.806,12	32.558.652,68	(12.540.846,56)	(499.897.323,48)
2093	20.217.984,19	32.601.334,61	(12.383.350,42)	(512.280.673,90)
2094	20.420.164,03	32.643.474,45	(12.223.310,42)	(524.503.984,32)
2095	20.624.365,67	32.685.086,34	(12.060.720,67)	(536.564.704,99)
2096	20.830.609,32	32.726.184,19	(11.895.574,87)	(548.460.279,86)





# MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### ANEXOS DE METAS FISCAIS

#### PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c)
			<b>Ativo Financeiro</b>	2.332,00
2023	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2024	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2025	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2026	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2027	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2028	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2029	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2030	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2031	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2032	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2033	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2034	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2035	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2036	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2037	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2038	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2039	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2040	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2041	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2042	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2043	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2044	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2045	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2046	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2047	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2048	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2049	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2050	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2051	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2052	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2053	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2054	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2055	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2056	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2057	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2058	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2059	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2060	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2061	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2062	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2063	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2064	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2065	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2066	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2067	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2068	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2069	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2070	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2071	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2072	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2073	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2074	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2075	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2076	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2077	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2078	0,00	0,00	0,00	2.332,00



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXOS DE METAS FISCAIS****PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c)
2079	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2080	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2081	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2082	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2083	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2084	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2085	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2086	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2087	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2088	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2089	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2090	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2091	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2092	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2093	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2094	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2095	0,00	0,00	0,00	2.332,00
2096	0,00	0,00	0,00	2.332,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023 , às 12:31:1

---

TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL





**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA**  
**LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2024	2025	2026	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	1.090,22			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	45.430,41			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Imposto sobre Serv. de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros de Mora	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	15.507,88			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Imposto sobre Serv. de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	9.457,39			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	3.194,75			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	7.326,50			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros de Mora	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	535,82			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	1.180,68			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	1.391,88			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	73.497,70			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Contrib. para o Custeio do Serviço de Ilumin. Públ. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	8.254,76			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Concessão, Permis., Autoriz. ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públ. - Multas e Juros de M	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	69,71			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Concessão, Permis., Autoriz. ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públ. - Multas e Juros de M	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	461,44			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros de Mora	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	6,64			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Serviços de Transp. de Passageiros ou Mercad. - Multas e Juros de Mora	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	321,55			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Serviços de Transp. de Passageiros ou Mercad. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	3.947,32			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
 com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.  
 4º, II da Lei 14.063/2020.

**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA**  
**LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2024	2025	2026	
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	273,42			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	Anistia	Tributação/REFIS/Contribuintes em geral (população).	1.662,99			A quitação dos tributos com a inserção da atualização e anistia de juros e multas, previsto no REFIS.
<b>Total</b>			173.611,06	0,00	0,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023 , às 12:32:01

\_\_\_\_\_  
TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.  
4º, II da Lei 14.063/2020.



**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

LEI: Mensagem nº 57 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	9.049.189,69
(-) Transferências Constitucionais	5.911.536,38
(-) Transferências ao FUNDEB	1.420.434,42
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	1.717.218,89
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	1.717.218,89
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	1.717.218,89
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	1.717.218,89
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controladoria Geral Do Município, Emissão: 28/04/2023 , às 12:

---

TIAGO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL



Autenticar documento em <https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.  
4º, II da Lei 14.063/2020.